

Instituições e indivíduos: pilares para compreender o desenvolvimento das sociedades*

Institutions and Individuals: Key Pillars for Understanding the Development of Societies

Aline Zulian**

Resumo: A compreensão do desenvolvimento das sociedades deve considerar os indivíduos e as instituições. Para compreender os indivíduos, é necessário passar pelos instintos e hábitos. As instituições, por sua vez, são os hábitos de pensamento socialmente compartilhados entre os indivíduos e possuem forte influência no desenvolvimento. Assim, questiona-se: na percepção de Veblen, como as instituições e os indivíduos interagem e influenciam o desenvolvimento de uma sociedade? O objetivo geral deste artigo é apresentar, com base em Veblen, como ocorre essa interação entre indivíduos e instituições no processo de desenvolvimento. Por meio de uma discussão teórica-argumentativa, este trabalho consiste em uma construção de interpretações autênticas das principais ideias de Veblen sobre indivíduos e instituições. Ao fim, percebe-se que o autor traz uma importante base teórica e analítica para pensar o desenvolvimento das sociedades de modo a incluir, principalmente, os aspectos imateriais.

Palavras-chave: Instituições. Indivíduos. Veblen. Desenvolvimento.

Abstract: The understanding of the development of societies should consider individuals and institutions. To understand individuals, it is necessary to examine instincts and habits. Institutions, in turn, represent the habits of thought that are socially shared among individuals and have a strong influence on development. The question that therefore arises is: in Veblen's view, how do institutions and individuals interact and influence the development of a society? The general aim of this article is to present, based on Veblen, how this interaction between individuals and institutions occurs in the development process. Through a theoretical-argumentative discussion, this work constructs authentic interpretations of Veblen's main ideas on individuals and institutions. In the end, the author offers a significant theoretical and analytical foundation for thinking about the development of societies in a way that includes, above all, immaterial aspects.

Keywords: Institutions. Individuals. Veblen. Development.

JEL: B52.

* Submissão: 10/01/2024 | Aprovação: 19/07/2024 | DOI: 10.5380/re.v45i86.94035

** Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Brasil | ORCID: 0000-0001-6939-2899 | E-mail: alinezulian@hotmail.com



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

1. Introdução

Os indivíduos não são meros agentes econômicos descritos por pressupostos de racionalidade perfeita e de preferências estáveis. Essa forma de pensar os fenômenos como princípios e fins predeterminados decorre, segundo Veblen (1899a), dos “cânones da ciência” pautados na Física tradicional. Esses pressupostos foram reaplicados equivocadamente para as ciências humanas e sociais pela força de um hábito de pensamento enraizado sobre o “fazer científico”. O pensamento e as teorias de uma geração de economistas reverberaram as concepções e os ideais de sua época e, com o passar do tempo, permaneceram presos nesse quadro institucional.

Diferente da “Economia tradicional”¹, o economista e sociólogo Thorstein Bunde Veblen compreende que os indivíduos vivem em sociedade, interagem consigo, com os outros e com o ambiente. Por mais que a preocupação com os indivíduos no estudo do desenvolvimento econômico tenha maior repercussão na atualidade com estudos ligados à economia comportamental, na economia institucionalista-evolucionária de Veblen já estavam presentes os elementos teóricos e analíticos para compreender o indivíduo para além da sua tomada de decisão, e as instituições para além de regras controladoras. Veblen estuda a evolução das sociedades e é um economista pioneiro nas discussões sobre a origem e a mudança das instituições e o papel dos indivíduos nesse processo.

Na concepção vebleniana, o indivíduo é uma criatura *spiritual*, dotada de consciência e de emoções, e possui elementos biológicos, tais como a presença de tropismos. Por mais que se reconheça a importância biológica, os instintos veblenianos possuem um significado peculiar, pois interagem com os hábitos de uma sociedade. Veblen centra seus esforços nos elementos que vão além daqueles “naturalmente” visíveis e entende que os indivíduos são constituídos por aspectos

¹ Utiliza-se “Economia tradicional” para não fazer jus apenas à crítica direcionada aos “economistas neoclássicos” como hoje são denominados. O termo “economia neoclássica” foi usado por Veblen (1919) como uma forma de agrupar os pensadores do mainstream econômico daquela época. Tal como pode ser observado no artigo “Why is Economics not an Evolutionary Science?” e na trilogia “The Preconceptions of Economic Science”, Veblen destina parte de suas obras para criticar os elementos que sustentavam a Economia tradicional, o chamado mainstream econômico (escola clássica de diferentes gerações – fisiocratas, clássicos, utilitaristas e marginalistas). Uma das críticas é para a reaplicação do método axiomático da Física tradicional, estabelecendo a priori como os indivíduos se comportam e os fins que serão alcançados (VEBLEN, 1898c, 1899a, 1900).

pessoais e, principalmente, por elementos formados socialmente, com ênfase no papel dos hábitos e dos instintos.

Em Veblen, as instituições são os hábitos de pensamento socialmente compartilhados entre os indivíduos e estão relacionadas ao contexto evolutivo, histórico e cultural. Nesse sentido, as instituições interferem no comportamento dos indivíduos, não em um sentido determinístico, mas sim evolutivo. Essa relação pode ser observada na evolução cultural de uma sociedade “primitiva-pacífica” para uma sociedade “predatória-pecuniária”. Apesar de mantidas as propensões instintivas da espécie humana, como o instinto de trabalho eficiente, modificam-se “os meios e as formas” pelos quais este instinto e tantos outros irão se manifestar. Isso decorre da existência de certos hábitos de pensamento na sociedade, isto é, pelo enraizamento ou pela emergência de instituições. Assim, questiona-se: na percepção de Veblen, como as instituições e os indivíduos interagem e influenciam o desenvolvimento de uma sociedade?

Tendo em vista que o estudo do desenvolvimento de uma sociedade não abrange apenas elementos econômicos, é importante trazer à tona os fenômenos imateriais contidos nos trabalhos de Veblen. Além disso, o resgate dos conceitos de Veblen se faz primordial para o fortalecimento da Economia Institucionalista Original (*Original Institutional Economics* - OIE) na atualidade, especialmente porque difundiram-se interpretações distintas por parte de adeptos da OIE, principalmente pela vertente que segue as interpretações de Clarence E. Ayres². Para Pessali e Fernández (2006, p. 92), essas simplificações na interpretação de Veblen acabaram propagando-se no pensamento institucionalista e em outras esferas intelectuais.

Dessa forma, o objetivo geral deste artigo é apresentar, com base em Veblen, como ocorre a interação entre indivíduos e instituições no processo de desenvolvimento. Por meio de uma discussão teórica-argumentativa, este trabalho

² Ayres (1921), em sua interpretação de Veblen, critica a utilização dos instintos para explicar o comportamento indivíduos. Entretanto, segundo Waller (2021), Ayres apresenta uma interpretação limitada da teoria de Veblen sobre as instituições, uma vez que ele desconsidera a importância dada pelo autor à Psicologia dos Instintos. Ayres não compreende a complexidade do conceito de instintos em Veblen e o fato de o comportamento dos indivíduos decorrer da interação entre instintos, hábitos e instituições, e não ser um mero resultado dos instintos (Freitas, 2020). Somado a isso, na interpretação ayresiana, as instituições possuem um aspecto cerimonial (negativo) e as tecnologias são um contraponto instrumental (positivo) no desenvolvimento. Segundo Johnson e Lundvall (1994, p. 703), é preciso ter cuidado com “*la idea - que con frecuencia y de manera errónea se atribuye a Veblen - de que las instituciones tienden a retrasar el cambio tecnológico y constituyen un elemento rígido en el cambio social*”.

consiste em uma construção de interpretações autênticas das principais ideias do autor sobre indivíduos e instituições. Somando a isso, diferente de compreender os instintos apenas como “ordens naturais” que determinam os hábitos e o “ser” humano, é feita uma interpretação das ideias de Veblen sobre os instintos e os hábitos, uma vez que estes são fundamentais para a compreensão dos indivíduos e das instituições e, assim, do desenvolvimento das sociedades.

2. Instintos humanos na ótica de Veblen

Os indivíduos são constituídos de pensamentos e ações, hábitos e instintos. Com o intuito de aproximar-se da realidade e daquilo que é chamado de ciência moderna (evolucionária), Veblen rompe com a simplificação do *homo economicus*. A análise dos instintos é uma das suas principais contribuições e está presente já nas suas primeiras obras. Em 1898, o economista escreve “*The instinct of workmanship and the irksomeness of labor*”, em que trata de um dos seus conceitos centrais, o “instinct of workmanship”, traduzido aqui como “instinto de trabalho eficiente”³. Mais tarde, em 1914, esse tema ganha maior alcance com seu livro “*The instinct of workmanship and the state of the industrial arts*”.

Apesar de central, não é apresentado um conceito para os instintos. O próprio Veblen (1914) descreve que não é sua preocupação trazer definições prontas e estáticas. Para ele, cada termo deve ser adaptado ao contexto (mutável) no qual está sendo investigado. Isso não quer dizer que o autor é confuso, mas que possui uma visão ampla e dinâmica dos processos, diferente de querer enquadrá-los em “caixas fechadas”.

Para Veblen (1914), a compreensão do instinto, e não necessariamente sua definição precisa, é de primordial importância para entender o comportamento e o desenvolvimento das sociedades. Os instintos, também chamados de “impulsos básicos”, “propensões instintivas”, “propensões espirituais”, “propensões nativas”, “inclinações humanas” ou, ainda, “aptidões hereditárias”, ultrapassam o senso comum unicamente biológico de algo natural, irracional, que emerge como um impulso de dentro para fora. Ou seja, ao falar em “aptidão hereditária”,

³ Utiliza-se como tradução para *instinct of workmanship* o termo “instinto de trabalho eficiente”, apesar de existirem outras traduções na literatura como: “instinto de trabalho eficaz” e “instinto de artesanato”.

pressupõe-se uma disposição que é inata (perpetua-se na espécie), mas que também é adquirida de diferentes formas ao longo do tempo.

Veblen (1914) não quer falar em instinto no sentido tradicional, como ocorre no determinismo biológico do comportamento animal. Para ele, o instinto não existe em um cenário naturalmente dado e isolado das relações sociais e materiais. Os indivíduos aprendem e interagem com o meio, de modo que os hábitos de vida, os elementos materiais e as instituições se relacionam e influenciam no alcance do fim instintivo. Veblen não reduz a sua abordagem à Biologia evolutiva, mas utiliza elementos desta para sua construção analítica, um contraponto com os fatores estáticos e axiomáticos.

Dentre outros elementos, a espécie humana é composta por propensões instintivas (instintos) e por aptidões tropismáticas (tropismos). Os instintos não estão relacionados apenas à manutenção da vida humana, mas também à constituição das suas rotinas e das diversas formas de levar a vida. É por isso que os instintos veblenianos são considerados “os principais motores do comportamento humano” (Veblen, 1914, p. 1).

Os instintos envolvem o alcance de um objetivo final: os fins básicos da vida humana. Entretanto, por mais que o instinto tenha um propósito, existem diferentes níveis de esforço despendido para o alcance de um fim. Daí decorre a particularidade da compreensão de Veblen sobre os instintos: existem diferentes graus de esforço e inteligência, que incluem a racionalidade e as diversas “formas e meios” para atingir o fim instintivo. Para alcançar esse fim, são consideradas diferentes condições ambientais, sociais e cognitivas (graus de inteligência humana, conhecimentos, usos da racionalidade), que distinguem os instintos dos tropismos⁴.

Diferente da ação tropismática, os instintos veblenianos envolvem graus de consciência (não são irracionais) e se relacionam com os hábitos de uma sociedade.

⁴ Veblen (1914) sinaliza para a existência de “meio-tropismo” ou “quase-instinto”, que seria o intermediário entre tropismos e instintos. Exemplo: uma situação extrema de um indivíduo perdido em uma mata com fome e sede. Privado do acesso a alimentos e à água potável e, na tentativa de suprir suas necessidades fisiológicas imediatas, ele come terra, insetos e bebe sua urina. O caráter tropismático está presente, pois, como um impulso, o humano adotará qualquer atitude para sobreviver. Ao mesmo tempo, isso não implica na inexistência da racionalidade, uma vez que ele está ciente do fato degradável e tentará os meios possíveis, frente às limitações ambientais, físicas e psicológicas, para manter-se vivo. Em contrapartida, um “tropismo puro” seria o caso de um indivíduo que está passando uma peça de roupa e o ferro aquecido escorrega da mesa. Como impulso “irracional”, o indivíduo pega o ferro e se queima.

Existe, portanto, interação entre os meios cognitivos e habituais e os fins instintivos. Já os tropismos pressupõem um reflexo, uma ação inconsciente, direta, automática e imediata. Esta seria a definição “comum” (não-vebleniana) de instinto que, para Veblen (1914), não pode equivaler-se ao sentido popular de uma propensão instintiva. O autor não quer desqualificar ou romper com essa visão coloquial de instintos, mas reforçar que isso equivale a tropismos, os quais são mais comuns na espécie animal.

Os tropismos, ou “instintos” não-veblenianos, são impulsos inatos, finalísticos, hereditários, que partem de dentro para fora e que são ausentes de intenção e racionalidade. Em contrapartida, os instintos veblenianos abrangem propensões humanas imersas em um quadro individual cognitivo (formas de pensamento) e social. Nessa visão, os instintos possuem elementos finalísticos, mas os processos racionais, os diversos graus de inteligência (conhecimentos), e os hábitos de pensamento estão presentes e irão influenciar distintos caminhos para alcançar diferentes fins. É uma ideia evolucionária sobre os processos instintivos que não é *per se* teleológica.

Veblen (1914) ressalta que toda ação instintiva é inteligente e, ao mesmo tempo, teleológica. O propósito da ação ou a intenção final de um instinto pode até estar definido, tal como alimentar-se, proteger-se do frio, defender sua prole. No entanto, são diversas as maneiras de alcançar esses objetivos. Um exemplo é o instinto da fome, que não se resume apenas ao propósito de adquirir os nutrientes básicos para garantir a vida. Existem diversos elementos pessoais e sociais que interferem nessa propensão instintiva, tais como: situação financeira, preferência, religião, grupo social, estilo de vida saudável, regime alimentar, ideologia de vida e de consumo.

Esse grau de inteligência envolvido na manifestação instintiva não tem relação com a capacidade imputada ao agente econômico tradicional (*homo economicus*), como se todo indivíduo fosse capaz de realizar cálculos eficientes entre prazer e dor para tomar decisões ótimas. Os indivíduos da percepção vebleniana são detentores de racionalidade no sentido de possuírem diferentes formas de pensamento, com maior ou menor grau de raciocínio e inteligência. A

existência da consciência, da racionalidade e da inteligência são os principais fatores que diferenciam a espécie humana (*homo sapiens*) das demais⁵.

O ser humano é, portanto, detentor de uma grande vantagem perante as outras espécies, pois é capaz de pensar, refletir, construir cenários mentalmente e transformar elementos materiais do seu entorno em contas mentais. Vale dizer que essa capacidade cognitiva não tem relação somente com o nível de esforço e capacidade intelectual individual (aspectos pessoais e individuais), mas com a interação social e os hábitos compartilhados (aspectos sociais) e, também, com o propósito instintivo da espécie humana de conduzir as situações de forma eficiente. Este último elemento constitui, segundo Veblen (1898a), o “instinto de trabalho eficiente”, que é tido como o mais importante instinto vebleniano.

2.1 Os instintos veblenianos

Veblen (1914) descreve que não há consenso sobre o número e a variedade de instintos existentes na espécie humana. Na concepção coloquial (não-vebleniana) do termo, é apontado um conjunto isolado de instintos com suas respectivas funções. Segundo ele, mais importante do que preocupar-se em elencar os tipos de instintos existentes, é atentar para a relação existente entre eles e a sua interação com outros elementos da vida humana. Os instintos estão relacionados à manutenção da vida, às rotinas e às diversas formas de levar a vida. Estes “fins” interagem com os “meios”, em especial com os hábitos, e tendem a acompanhar o desenvolvimento da cultura humana.

O instinto de trabalho eficiente possui, tal como todo instinto, um aspecto teleológico. Porém, esse instinto ganha papel primordial na análise vebleniana e detém uma peculiaridade, pois está voltado para formas e meios de alcançar eficientemente os propósitos básicos da vida humana.

O foco está na operacionalização de condutas e atividades “eficientes”, reprovando formas e meios “inúteis” que prejudiquem ou ignorem esse alcance dos fins básicos da vida. Independentemente de quais sejam os objetivos finais, pois podem se modificar com o passar do tempo e sofrerem influências pessoais e

⁵ Para Veblen (1898a), até podem existir indivíduos com ações ausentes de racionalidade ou intenção, ou com raros indícios destas, mas que estes seriam casos excepcionais ou anomalias à espécie humana.

sociais, o alcance desses propósitos são, para Veblen (1914), “um fim do esforço humano”. A realização eficiente disso é fonte de gratificação pessoal e social.

O principal aspecto do instinto de trabalho eficiente não é o seu fim. Veblen não se detém em justificar quais seriam “os fins da vida humana”, apenas destaca que seriam objetivos úteis ligados à manutenção da vida e das rotinas dos indivíduos. Nas suas obras, e não apenas para o caso dos instintos, o que ganha maior importância são “as formas e os meios” seguidos pelos indivíduos e não os fins.

Para Veblen (1914), o instinto de trabalho eficiente relaciona-se aos aspectos práticos, econômicos, eficientes, criativos e tecnológicos. Esse aspecto “eficiente” não tem relação com fazer a escolha ótima ou perfeita. A “eficiência” e a “economia” dizem respeito aos meios operacionais, às propensões ao esforço, às formas e meios de utilizar adequadamente os recursos materiais e imateriais para o alcance dos fins da vida, envolvendo a criatividade e o domínio tecnológico.

Além do instinto de trabalho eficiente, existem outras propensões humanas. Para Veblen (1914), não é possível compreender um instinto sem pensar na sua relação com outras propensões instintivas, podendo, por vezes, ocorrer a sobreposição (mas não a eliminação) de um instinto em relação a outro. O autor descreve isso com o caso da sobreposição do “instinto de pugnacidade” sobre o instinto de trabalho eficiente.

O instinto de pugnacidade envolve uma propensão ao confronto, ao combate (de pessoas, de ideias, de ações), de modo que o seu fim primário e imediato (aspecto teleológico) é justamente esse confronto. No caso do confronto físico, quanto mais aflorado estiver esse instinto, maior a rapidez requerida e a força física despendida para o alcance do fim e, por conseguinte, a inteligência e a eficiência (à *la* instinto de trabalho eficiente) ficam em segundo plano. Isso porque o fim instintivo imediato, neste caso, é o confronto, ao invés de alcançar o maior resultado possível por unidade de força gasta (que seriam as formas e meios eficientes). Ou seja, sobressai-se o instinto de pugnacidade, de modo que o fim do instinto de trabalho eficiente só seria conquistado por uma exceção, no caso, por exemplo, de haver um lutador treinado (Veblen, 1914).

Por outro lado, se, ao invés do instinto de pugnacidade, estiver sobreposto nesta sociedade o “instinto de inclinação parental”, haveria uma preocupação maior com a sobrevivência e com o bem-estar das próximas gerações. Nesse caso,

o fim primário e imediato do instinto é a continuidade da vida, de modo que, em uma situação de conflito, haveria a intervenção do indivíduo em favor de socorrer os desamparados. Isto é, com a prevalência do instinto de inclinação parental, não haveria uma preocupação maior em fazer isso de maneira eficiente (*à la* instinto de trabalho eficiente) ou combativa (*à la* instinto de pugnacidade), mas em garantir a continuidade da vida e do bem-estar coletivo (Veblen, 1914).

Dependendo do contexto, um instinto pode misturar-se com outros ou sobrepor-se a eles, sem que isso tenha passado por grandes processos deliberativos. Isso decorre da relação dos instintos com os hábitos presentes no contexto cultural da sociedade e da percepção de que todos os fenômenos estão sujeitos a enraizamentos e mudanças no tempo. Por mais que uma propensão instintiva possa, em certo momento, sobrepor-se a outra, os demais instintos humanos não deixam de existir, eles sempre estarão interligados. O sentimento de eficiência não está presente apenas quando o instinto de trabalho eficiente está sobreposto aos demais. Tanto este quanto o instinto de inclinação parental voltam-se para o objetivo geral, que é a manutenção dos fins básicos da vida e das rotinas, uma vez que é difícil compreendê-los separadamente.

O instinto de inclinação parental, segundo Veblen (1914), apesar de possuir funções diferentes, reforça o instinto de trabalho eficiente, mantendo a preocupação dos indivíduos na busca por formas e meios eficientes. O instinto de trabalho eficiente define os objetivos que a inclinação parental, por sua vez, busca alcançar. É por isso que os instintos de trabalho eficiente e de inclinação parental são considerados os mais importantes na formação dos “princípios padronizadores da vida”, fazendo parte de um “sistema de instituições”.

O instinto de inclinação parental é mais do que a preocupação com o bem-estar dos filhos. Ele envolve a busca (eficiente) pela continuidade da vida das próximas gerações. A inclinação parental “reforça” a aceitação comum da eficiência voltada ao coletivo e desaprova a vida inútil (Veblen, 1914).

Esse sentimento de eficiência deriva do instinto de trabalho eficiente, mas pode ser sustentado por outros instintos, como o instinto de inclinação parental. Em Veblen (1914), o instinto de trabalho eficiente dificilmente levaria à aquisição de conhecimentos inúteis que criassem obstáculos à realização do trabalho útil para o alcance dos seus fins. Isso porque ele proporciona uma sistematização dos fatos pelos indivíduos, uma espécie de sequências interativas de condutas com

influências de elementos pessoais e sociais, tais como: personalização, inclinações, preferências e hábitos de vida e de pensamento.

Além de existir o conhecimento prático, ligado ao instinto de trabalho eficiente, há uma variedade de conhecimentos sem motivação imediata ou necessariamente útil e que está conectada ao “instinto de curiosidade vã”. Neste caso, Veblen (1914) descreve que existe a propensão humana pela busca e desejo em “saber das coisas apenas por saber”, de conhecer simplesmente por conhecer. Apesar deste instinto ser pouco explorado⁶, o seu fim primário e imediato é o conhecimento no sentido geral e consiste em uma das principais diferenças entre o ser humano e as demais espécies.

A curiosidade vã, segundo Veblen (1914), não é um sentimento perseguido incansavelmente pelos indivíduos. É um instinto que, dependendo do contexto cultural, tende a manifestar-se de diferentes formas. Para o autor, esse instinto da curiosidade vã, categoria mais vaga dentre os instintos, manifesta-se apenas quando as funções orgânicas básicas (alimentação, crescimento e reprodução) foram satisfeitas. Esse instinto passa a ser reconhecido como uma conduta humana somente após as condições de sobrevivência estarem preenchidas.

Outro instinto é o “instinto predatório” que, num primeiro momento, parece se aproximar apenas do instinto de pugnacidade (confronto), mas também está ligado ao instinto de trabalho eficiente. O instinto predatório pode aparecer na forma de disputas esportivas ou não. O sentido original desse instinto não é a “predação” ou a “eliminação” da equipe adversária, até porque isso iria contra o instinto de sobrevivência da espécie humana. Ele está ligado à busca do indivíduo por emular, em procurar ressaltar-se ou sobressair-se perante uma situação ou um grupo de indivíduos.

Por vezes, Veblen (1912) refere-se ao instinto predatório como “instinto de espírito esportivo”, que indica uma propensão humana à competição. O propósito do autor não é entrar no mérito ou não da prática esportiva, mas descrever sobre a propensão humana à competitividade e à busca pela emulação. Esse instinto de espírito esportivo não seria, portanto, o oposto ao instinto de trabalho eficiente, até

⁶ Segundo Veblen (1914), há uma escassez de estudos sobre o instinto de curiosidade vã devido à ausência de se identificar um propósito útil para a curiosidade humana.

porque numa prática esportiva busca-se os meios eficientes para alcançar bons resultados. Portanto, ele seria uma variação do instinto de trabalho eficiente.

No caso de uma sociedade primitiva, esse instinto predatório ganha o formato de emulação pautada na sobrevivência e no domínio do território de uma comunidade em relação aos grupos rivais ou às ameaças naturais. Enquanto isso, em culturas predatórias, a emulação e a predação ganham um formato honroso e pecuniário. O fim primário e imediato do instinto predatório é, desse modo, a emulação, que pode ser caracterizada de diferentes formas, pecuniárias ou não, a depender do desenvolvimento cultural. Essas diferentes formas de manifestação decorrem dos hábitos de pensamento predominantes em cada cultura, os quais levarão o instinto predatório a se expressar por meio da disputa física e da obtenção de honrarias (emulação honrosa) ou da emulação por meio da propriedade e/ou da ostentação de bens e serviços caros (emulação pecuniária) - este último predomina na sociedade industrial moderna.

Esses instintos veblenianos, sintetizados na Figura 1, são algumas propensões quase que “espirituais” da vida humana e podem vir à tona ou ficarem adormecidas, no entanto elas nunca deixam de existir. Essas “aptidões hereditárias” encontram suas expressões nos hábitos (Veblen, 1900).

Figura 1 – Os instintos veblenianos

INSTINTO	DESCRIÇÃO	FIM INSTINTIVO
Instinto de trabalho eficiente (<i>instinct of workmanship</i>)	Propensão humana ao esforço e meios eficientes para o alcance dos fins básicos da vida.	Formas e meios eficientes
Instinto de pugnacidade (<i>instinct of pugnacity</i>)	Propensão humana ao confronto, ao combate.	Confronto
Instinto de inclinação parental (<i>instinct of parental bent</i>)	Propensão humana para garantir a sobrevivência e o bem-estar das próximas gerações.	Continuidade da vida
Instinto de curiosidade vã (<i>instinct of idle curiosity</i>)	Propensão humana em querer saber apenas por saber, conhecer por conhecer.	Conhecimento geral
Instinto predatório (<i>predatory instinct</i>) e Instinto de espírito esportivo (<i>instinct of sportsmanship</i>)	Propensão humana para emular, sobressair-se.	Emulação

Fonte: elaborado pela autora.

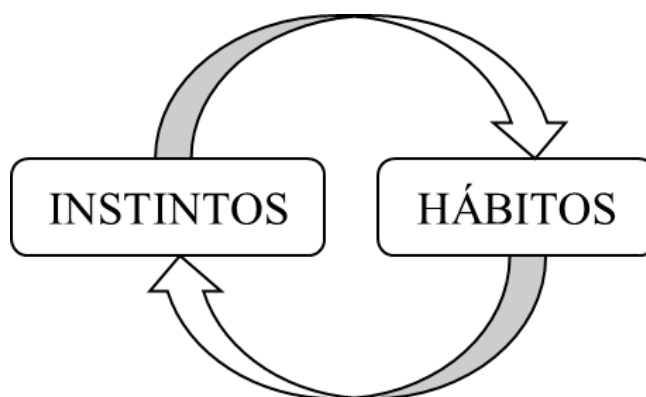
Os instintos de trabalho eficiente e de inclinação parental estão em destaque por serem considerados por Veblen como os instintos padronizadores e garantidores da vida humana em sociedade. O instinto predatório também é posto em destaque por ser a principal expressão da sociedade moderna industrial (predatória-pecuniária). Tanto nos primórdios quanto na modernidade, a conexão entre os diferentes instintos é feita por meio do instinto de trabalho eficiente – articulador das rotinas e das atividades eficientes para garantir a sobrevivência das próximas gerações - para buscar conhecimento desinteressado ou para emular.

Os instintos interagem e, apesar de parecerem por vezes excludentes, influenciam uns aos outros e precisam ser considerados nas suas relações com os hábitos cumulativos e enraizados socialmente. Por mais que existam “bons” instintos, como o de inclinação parental e o de trabalho eficiente, as suas manifestações variam, a depender dos hábitos. Os instintos e os hábitos se relacionam e fazem parte de um “sistema de instituições” que interage com os comportamentos dos indivíduos e constitui as trajetórias de uma sociedade.

3. Instintos, hábitos e instituições

Em Veblen, os instintos e os hábitos são vistos, respectivamente, como “propensões nativas” e “propensões habituais” dos indivíduos. Os instintos e os hábitos não equivalem aos comportamentos humanos, mas interferem neles. Os instintos possuem um aspecto racional e social decorrente da sua relação com os hábitos.

Conforme a Figura 2, os hábitos interferem na forma como os instintos serão manifestados, trazendo o aspecto racional e social da conduta humana. Os instintos, que são manifestados ou sobrepostos em um contexto cultural, interferem na condução de certos hábitos.

Figura 2 – Instintos e hábitos

Fonte: elaborado pela autora.

É um processo contínuo e evolutivo, sem uma única direção, sujeito à cumulatividade e, ao mesmo tempo, a mudanças, conforme o contexto de uma sociedade. Uma vez identificados os hábitos de pensamento pecuniários, eles irão potencializar a manifestação de instintos pecuniários ou resultarão em “vieses instintivos”. Ainda assim, os demais instintos não desaparecerão, de modo que o instinto de trabalho eficiente irá interagir, de forma viesada ou não, com os hábitos pecuniários e outras propensões habituais, e assim por diante. As expressões dos instintos, apesar de possuírem um objetivo final, consideram as diversas formas e meios de levar a vida, os hábitos de vida e de pensamento.

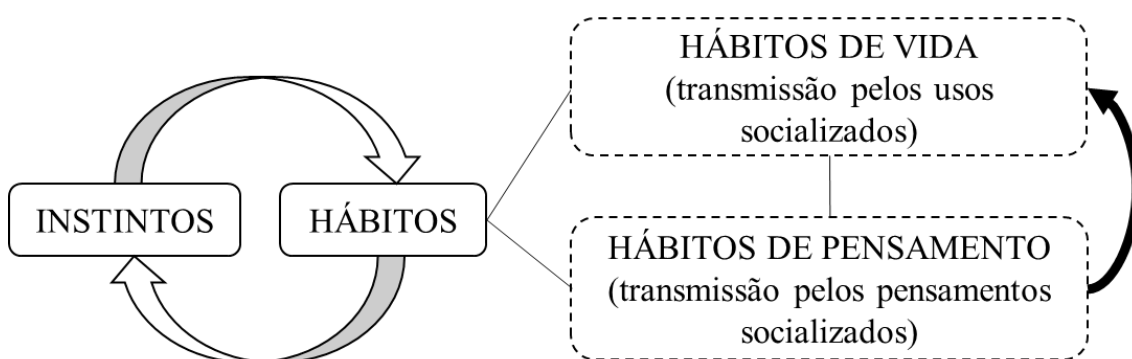
Para Veblen (1898a), os hábitos constituem aquilo que os indivíduos compreendem e praticam com facilidade e podem sinalizar para uma “propensão” ou “aptidão” a certos comportamentos padrões, isto é, aos comportamentos que são esperados pela comunidade. Assim, os comportamentos que não estão em conformidade com esse padrão socialmente estabelecido são rejeitados.

Veblen utiliza o termo “hábito” no sentido geral, sem um qualificador específico. Ao longo das obras, desdobra-se em “hábitos de vida” e “hábitos de pensamento”, ambos como propensões construídas socialmente. No caso dos hábitos de vida, incluem-se propensões habituais ligadas às atividades básicas. Estes estão fortemente enraizados por estarem próximos das rotinas e das condutas dos indivíduos entre diferentes gerações (hábitos de consumo, vestimenta, idioma). Já os hábitos de pensamento, segundo Veblen (1889a), constituem exigências e propensões habituais mais amplas da vida em sociedade; estão imersos na mente dos indivíduos como estruturas de pensamento e não exigem grandes níveis de

deliberação. Os hábitos de pensamento ultrapassam a simples reaplicação geracional de uma conduta familiar, a tal ponto de constituírem instituições.

Para Veblen (1914), no hábito, há um aspecto social e cumulativo (“habituação”) que decorre do aprendizado social. Esse processo de transmissão de hábitos entre diferentes indivíduos pode ocorrer tanto por usos (condutas, exercícios, treinamentos) - é o caso dos hábitos de vida - quanto por meio de pensamentos (educação, princípios, preconceitos) – é o caso dos hábitos de pensamento (Figura 3).

Figura 3 – Hábitos de vida e de pensamento



Fonte: elaborado pela autora.

Os hábitos de pensamento, em interação com os hábitos de vida, interferem na maneira como os indivíduos irão se comportar, abrangendo tanto as formas de pensamento quanto de ação e constituindo um “sistema de instituições”. Por isso, os hábitos de pensamento ganham maior espaço nas obras de Veblen: o pensamento precede a ação, mesmo num patamar menor de deliberação individual. A conduta dos indivíduos é facilitada por aquilo que eles pensam habitualmente. É mais fácil e cômodo para o indivíduo seguir uma trajetória de pensamentos e, portanto, de ações que já persistem na sociedade. Uma “linha habitual de ação” é constituída por uma “linha habitual de pensamento” (Veblen, 1898a).

Não há como desvincular o pensamento da ação. O indivíduo pensante é também atuante. A noção de comportamento em Veblen representa muito mais do que uma tomada de decisão final. Os comportamentos dos indivíduos interagem

com o sistema de instituições vigente, e esse esquema institucional é constituído por hábitos de pensamento socialmente construídos e perpetuados.

Conforme Veblen (1912), as instituições representam um conjunto de hábitos de pensamento que são compartilhados em uma sociedade. São expressões socializadas de pensamentos que, pela repetição e difusão, conduzem a certos comportamentos esperados socialmente. Os hábitos de pensamento dos indivíduos são, segundo Veblen (1906, s.n., tradução livre), “seus ideais e aspirações, seu senso do verdadeiro, do belo e do bom”. Esses hábitos guiam os comportamentos dos indivíduos e estão sujeitos às interferências de diferentes condições materiais e principalmente imateriais.

Os hábitos de pensamento são formados por “princípios”, “cânones” ou “verdades habituais”, boas ou não, transmitidas por tradição e pensamento (e não necessariamente pelo seu uso). Portanto, as instituições não abrangem um simples ato habitual de segurar os talheres ou de usar roupas específicas para um rito religioso ou um jantar de gala - estes são hábitos de vida. As instituições incluem as diversas formas de pensamento, de organizar a mente, de refletir e de julgar questões da vida humana e estão imersas em grupos de religiosos, militares, políticos, militantes, classes sociais. Um conjunto de hábitos de pensamento enraizados socialmente sustenta todo um “sistema institucional” (Veblen, 1914).

Esse sistema representa, segundo Veblen (1907), algum controle seletivo, uma espécie de “vigia” do senso comum, o que não implica necessariamente no prevalecimento de comportamentos “bons ou justos”. Esse caráter de vigilância tem relação com a observação e não implica que as instituições condicionem ou restrinjam os comportamentos. O autor não relaciona esse sistema de instituições a um perfeito controlador de comportamentos, uma vez que o futuro e as relações sociais são passíveis de incertezas e os indivíduos possuem suas diferenças e especificidades.

Nesse sentido, para Veblen (1907), não é possível afirmar que um trabalhador, imerso no grupo de proletariados, teria sua conduta condicionada unicamente por hábitos relacionados a esta comunidade. É possível que ocorra, por exemplo, uma aproximação com hábitos de pensamento da classe superior. Mesmo que os hábitos de vida presentes nas condutas rotineiras sejam visíveis em um segmento social, os hábitos de pensamento socializados oriundos de outros grupos sociais podem interferir no pensar e no agir desse grupo de indivíduos. Daí a força

das instituições: um sistema de instituições não impede que surjam e se popularizem “hábitos imbecis” que vão, inclusive, na contramão das propensões instintivas originais (Veblen, 1914).

3.1 Instintos e instituições: uma relação com vieses

As formas pelas quais as propensões instintivas se manifestam são influenciadas pelas instituições existentes num determinado contexto cultural. Esse contexto é descrito por Veblen (1906) pelas circunstâncias materiais e imateriais, as quais incluem, dentre outros elementos, as tradições, as atividades econômicas, as tecnologias disponíveis, a educação desenvolvida, os aspectos políticos e ambientais.

Essas circunstâncias interagem com os hábitos e favorecem certas manifestações instintivas. Os hábitos de pensamento podem estar alinhados ou desviados das propensões instintivas originais, como é o caso do senso comum de aversão ao trabalho (produtivo). O trabalho é popularmente considerado como uma obrigação, de modo que os indivíduos busquem o consumo sem restrições e sem esforço (Veblen, 1898a). Entretanto, essa aversão às atividades produtivas vai contra a manutenção da própria existência e sobrevivência da espécie humana, é um “viés” do instinto de trabalho eficiente original.

Os seres humanos não conseguiriam emergir e sobreviver caso inexistisse o instinto de trabalho eficiente. Mesmo assim, segundo Veblen (1898a), as pessoas mostram-se opostas às atividades produtivas, que envolvem esforço útil⁷. Isso não significa que o instinto de trabalho eficiente deixou de existir, mas que prepondera o hábito de pensamento pautado no repúdio ao trabalho produtivo. Esse preconceito ao trabalho é uma “aversão convencional”, um hábito de pensamento socialmente compartilhado, tendo em vista que os indivíduos gostam, na sua essência, de sentirem-se úteis.

Essa relação entre os instintos e os hábitos de pensamento de uma sociedade pode envolver, portanto, “vieses” ou desvios em relação às propensões instintivas originais da espécie. Conforme Veblen (1914), a interferência de diferentes hábitos de pensamento (instituições) na forma como os instintos serão

⁷ Segundo Veblen (1898a), esse “esforço útil” inclui níveis de esforço para atividades produtivas, diferente das funções que caracterizam a “classe ociosa” (exército, sacerdócio, esporte e política).

manifestados pode afastá-los da sua forma inicial e implicar em manifestações “deformadas” dos instintos originais: os chamados “vieses instintivos”.

Segundo Veblen (1914), algumas “instituições imbecis” que emergem ao longo da história são sinais dessas manifestações contraditórias dos instintos originais, interferindo na trajetória de uma sociedade. Sobre isso, o autor indica o exemplo dos povos cristãos presentes numa sociedade predatória, com hábitos de pensamento voltados principalmente para o materialismo, a propriedade e a ostentação da riqueza. Ao invés de perpetuarem a originalidade dos instintos de trabalho eficiente e de inclinação parental, que estariam ligados ao desenvolvimento eficiente das atividades produtivas e à promoção do bem-estar da comunidade, a religião da época voltava-se para a demonstração de poder. Ou seja, a evolução humana para uma sociedade pautada essencialmente nos hábitos de pensamento predatório e pecuniário constitui um “viés” aos instintos de trabalho eficiente e de inclinação parental (Veblen, 1914).

Essa relação entre indivíduos, instintos, hábitos e instituições pode ocorrer, portanto, de forma viesada. Isso pode ser percebido com a análise do processo de mudança institucional ocorrido com a evolução cultural das sociedades, tal como ocorreu na passagem da etapa primitiva para a predatória.

4. Mudanças institucionais: etapas do desenvolvimento

Veblen constrói elementos teóricos e analíticos por meio da observação histórica e antropológica de diferentes contextos da evolução cultural. Uma característica da sua abordagem antropológica é observar os fenômenos tais como eles se apresentam e contextualizá-los ao longo da história, sem sobrepor a ideia de como os eventos “deveriam ser”.

Veblen (1914) descreve algumas “etapas”⁸ do desenvolvimento da cultura humana: i) primitiva: fase de selvageria-pacífica; ii) predatória: fase bárbara e pecuniária. A transição entre essas etapas e fases não segue uma sequência lógica e cronológica, apenas constitui uma representação da evolução ou do “desenvolvimento cultural”⁹ da sociedade observada por Veblen.

⁸ A construção das “etapas” do desenvolvimento da cultura humana proposta por Veblen é encontrada na Antropologia Evolucionária de Lewis H. Morgan (1877).

⁹ Veblen utiliza o termo “desenvolvimento cultural”, de modo que a cultura representa um contexto evolutivo e social da espécie humana, tal como ocorre nas etapas primitivas e predatórias.

Na etapa primitiva, cultura da selvageria-pacífica, os instintos interagem com hábitos de vida e de pensamento primitivos e selvagens. Esse modo de vida caracteriza-se por pequenos grupos voltados à subsistência do grupo (bem comum), conectados aos meios de produção da época (terra), dependentes da eficiência e do esforço coletivo, centrados numa religião pacífica que reverencia a vida e a natureza, com processos produtivos vinculados aos ciclos naturais. Essa fase é marcada pelo altruísmo, em que há uma preocupação com a sustentação da vida da comunidade.

A sociedade primitiva se caracteriza pelos primórdios da atividade econômica (lavoura e pecuária) e da interação entre indivíduos e meio material (ferramentas), tendo como marca principal o instinto de trabalho eficiente na sua forma original. Em qualquer sociedade, a vida envolve um conjunto de comportamentos que são aprovados ou repreendidos. O instinto de trabalho eficiente, a aprovação do trabalho útil, em Veblen (1898a), faz com que os indivíduos se comparem uns com os outros, classifiquem e sejam classificados, com o mérito ou o demérito vindo do seu trabalho.

Mesmo que na etapa primitiva existam hábitos vinculados à coletividade, também são encontrados hábitos de pensamento relacionados à habilidade individual. As manifestações de força, por exemplo, são vistas como resultantes sobretudo da aptidão física de cada indivíduo com benefícios para o grupo.

Com o decorrer do tempo, essa conduta eficiente passa a ter um formato “viesado”. Na etapa predatória, o instinto de trabalho eficiente passa a ser vinculado ao grau de sucesso e à “força” individual visível. Nesta cultura predatória, tanto bárbara quanto pecuniária, os indivíduos desprestigiam o trabalho útil/produtivo e comparam-se uns aos outros por meio da ostentação de propriedades, honrarias e poder, nos seus diferentes formatos. Com a evolução da cultura primitiva para a predatória, portanto, a avaliação da conduta dos agentes deixa de ser a sua utilidade para o grupo.

Enquanto nos primórdios da cultura primitiva a emulação era raramente encontrada¹⁰, segundo Veblen (1898a), na etapa predatória isso fica evidente

¹⁰ Segundo Veblen (1898a), na sociedade primitiva, a emulação era essencialmente sexual, na disputa física entre homens por mulheres nas tribos, e não tinha um sentido de acumulação pecuniária individual tal como é evidenciado na sociedade industrial.

principalmente com a predominância de hábitos de pensamento de demonstração de força e poder. Na cultura predatória-bárbara, os indivíduos são postos constantemente a situações de comparação individual e de aprovação social por meio de conflitos diretos, atividades guerrilheiras. Este contexto de violência, embates diretos, conquista de poder e honrarias, descreve o principal meio de demonstração de força que constitui a emulação honrosa da fase da barbárie. É por isso que os instintos predatório e de pugnacidade são mais evidentes nessa época, juntamente com hábitos de pensamento propagados por uma religião autocrática que reverencia a morte e a culpa.

Veblen (1898a) lembra que existe uma tendência de relacionar a “natureza humana” ao autointeresse, à violência e à cultura predatória, como se estas fossem características “naturais” da espécie. Entretanto, conforme o autor, uma vez que a violência e a competição individual estão ligadas ao trabalho improdutivo (não proporciona utilidades para a vida em sociedade), isso vai contra o próprio instinto de trabalho eficiente, o que não faria sentido no quadro evolutivo da espécie humana. Essa aparente contradição decorre do fato de os instintos predatórios serem manifestados, nas sociedades predatórias, por hábitos de pensamento individualistas (autointeresse), materialistas (poder pecuniário), violentos. Ou seja, esses hábitos não são instintos humanos, mas são hábitos de pensamento socialmente compartilhados que desviam o instinto predatório do seu formato original e da sua relação com o instinto de trabalho eficiente, que seria a predação no sentido de emular, isto é, de sobressair-se de maneira eficiente, de emular de uma situação para outra para garantir a sobrevivência da comunidade.

O instinto de trabalho eficiente manifesta-se de diferentes formas ao longo do tempo. Na etapa predatória existe a manifestação viesada do instinto de trabalho eficiente, pois o foco passa a ser na conduta individual e “ineficiente” para a vida em sociedade, e o trabalho produtivo é visto com desprestígio pelos indivíduos. As mudanças de ordem material e imaterial fizeram com que esse instinto se afastasse das suas condições originais pautadas na eficiência para cooperação e bem-estar do grupo, para adentrar numa cultura competitiva e pecuniária.

Segundo Veblen (1898a), a formação de uma sociedade predatória-pecuniária é marcada por hábitos de pensamento relacionados à emulação pecuniária, à propriedade privada, à busca incessante por bens materiais caros e ganhos financeiros, à ostentação de poder via consumo e ócio conspícuo. Isso se

reflete inclusive na religião, que ostenta riqueza por meio de roupas e santuários luxuosos. Assim, modificam-se os hábitos de vida e de pensamento e as condições de emulação dessa sociedade.

Diferente das instituições da etapa primitiva, que possuem elementos de vida intrínsecos à sobrevivência da comunidade, às instituições da etapa predatória, em especial com a origem da propriedade privada, reforçam-se por elementos principalmente externos aos indivíduos. Os objetos e artefatos tornam-se parte do indivíduo e de sua vida, do seu ser e do seu fazer.

Veblen (1898b) analisa a individualidade do ser humano primitivo e do predatório como um conjunto de fatos e objetos que lhe pertencem, sem que isso qualificasse um condicionamento unicamente material ao comportamento. Os aspectos materiais e imateriais que qualificam o indivíduo em qualquer sociedade incluem: sua sombra, reflexo de sua imagem (como ele se enxerga), seu nome, suas tatuagens e marcas, seu olhar, sua respiração, impressões de seus pés e mãos, som de sua voz, representações e imagens de sua pessoa, seus cheiros, seu corte de cabelo, seus ornamentos e amuletos, suas roupas, suas armas e medalhas. É uma individualidade que considera aspectos internos e externos ao ser, traços imateriais do conjunto do organismo, da biologia, da cognição, da personalidade, do sentimento, e influências materiais. Aqui está a percepção peculiar vebleniana sobre o indivíduo que, mesmo sendo visto como um agente social, é também detentor de individualidade. Não existe a dicotomia individual *versus* social.

Essa individualidade admitida por Veblen (1898b) não é “naturalmente biológica” e isolada do contexto social. A personalidade individual penetra em esferas pessoais e sociais, é uma “personalidade penetrante”. A personalidade do indivíduo é constituída por elementos materiais e imateriais, formados individualmente e socialmente, que “penetram” no seu “eu”. É mais do que apropriar-se e apegar-se a um bem econômico qualquer, é sentir-se envolvido e dependente, como se um ritual ou um bem material condicionasse a própria existência do “ser” humano.

É por isso que alguns símbolos e rituais sagrados são vistos como pertencentes quase que organicamente à personalidade dos indivíduos. Exemplo disso, segundo Veblen (1898b), são as feitiçarias, sacramentos cristãos, cultos religiosos, adoração de relíquias e imagens, veneração de lugares sagrados, astrologia, que fazem existir a crença de que algum efeito pode ser produzido

organicamente sobre uma pessoa, de que algo “penetre” quase que organicamente no seu pessoal. Em outras palavras, um elemento material ou imaterial, que aparentemente pode parecer supérfluo ou desperdiçador para uma pessoa, pode passar a pertencer (“penetrar”) a outra de tal maneira que represente um elemento inseparável de sua vida.

Isso fica mais evidente na etapa predatória, quando a propriedade e a ostentação de serviços e objetos tornam-se parte orgânica do próprio ser. Para Veblen (1898b), a propriedade privada não é um marco da sociedade primitiva, ela surge na cultura predatória. A propriedade não é um fato dado naturalmente e nem está ligada ao grau de esforço produtivo e individual. Segundo o autor, a propriedade é um “fato convencional” que depende da aprendizagem social, e um “fato cultural” (no sentido evolutivo) que, por meio do processo de habituação social, transformou-se em uma instituição.

Portanto, uma diferença importante entre uma sociedade com hábitos de pensamento pacíficos (etapa primitiva) e uma sociedade com hábitos predatórios (etapa predatória bárbara e pecuniária) é o aparecimento da propriedade privada no sentido físico (bens e pessoas) e imaterial (hábito de pensamento). A propriedade não decorre apenas da concepção de “ter bens”, mas também da relação existente entre indivíduos de diferentes grupos sociais. Exemplos históricos de instituições centradas na propriedade privada e na emulação honrosa e pecuniária incluem a escravidão, a propriedade-casamento, a relação servil do sistema feudal, o ócio conspícuo, o consumo vicário, a hierarquia socioeconômica.

Na etapa predatória-bárbara, segundo Veblen (1912), o prestígio social está nas ocupações ligadas à exploração violenta e à destruição, de modo que uma “mão forte” e uma “agressão bem-sucedida” são comportamentos socialmente aprovados. A honra e a boa reputação estão ligadas ao poder, à força bélica e à capacidade de combate, prevalecendo os hábitos de pensamento da emulação honrosa e do poder individual e coercitivo. As tarefas laborais são vistas como depreciadas e direcionadas àqueles socialmente “mais fracos e menos habilidosos”, que incluíam os pobres, os serviçais, as mulheres e as crianças. Os hábitos de pensamento estão voltados para a “exploração, coerção e apreensão”, juntamente com o acúmulo de medalhas e honrarias derivadas destas condutas bárbaras (Veblen, 1898b).

É na etapa predatória-pecuniária que a emulação ganha o formato pecuniário, descrito principalmente pela posse e consumo de bens e serviços caros e visíveis: o chamado “consumo conspícuo”. A “lei seletiva do consumo conspícuo” é conduzida pelas camadas socioeconômicas superiores por meio da aquisição e da ostentação de bens e serviços caros, requintados e da moda. Esse estágio moderno-industrial (capitalista) é descrito pela presença da emulação pecuniária, que é a busca constante por parte do indivíduo em estar sempre à frente do(s) outro(s) em termos pecuniários (riqueza visível).

Os indivíduos consomem (ou desejam consumir) bens e serviços caros com o intuito de demonstrar isso perante a sociedade, como sinônimo de poder financeiro e de pertencimento a um grupo social superior. Os indivíduos criam padrões convencionais de riqueza, havendo uma busca quase que infinita em demonstrar poder financeiro, gerando continuamente uma autoclassificação social.

Com a evolução da sociedade predatória - do capitalismo -, os indivíduos passam a se relacionar com os aspectos materiais para além do necessário à subsistência (necessidades básicas). Isso inclui, segundo Veblen (1912), alcançar necessidades “mais elevadas”, que envolvem *status*, poder estético, intelectual, espiritual. Com a industrialização, a diversificação e a diferenciação de produtos e serviços para o consumo, a disputa entre os indivíduos emerge no sentido de elevar e promover os confortos materiais (bens) e imateriais (*status*) da vida. O bem-estar propagado pela classe ociosa afasta-se do bem-estar básico para a vida em sociedade, pois ganha um formato individual e está ligado ao que Veblen chama de “desperdício”.

Veblen (1912) utiliza a palavra “*waste*” (desperdício) com ressalvas. Sua intenção não é desqualificar as “necessidades” e “utilidades” das classes superiores. Segundo ele, esse tipo de comportamento não é ilegítimo e nem deve ser odiado, pois, uma vez que um indivíduo escolhe por certo produto, há alguma utilidade para ele, nem que seja o mero fato de ostentar. Entretanto, o autor utiliza a palavra “desperdício”, porque, além de não ter encontrado alternativa melhor, quer referir-se ao “consumo conspícuo”, que não proporciona acréscimo ao bem-estar da coletividade.

As instituições da sociedade predatória e pecuniária, como a propriedade privada, o consumo e o ócio conspícuos e a aversão ao trabalho industrial (produtivo), conduzem os padrões de comportamento dessa sociedade. Da mesma

forma que as classes industriais (trabalhadores) desejam emular e pertencer à classe superior, elas acabam sustentando o ócio desta. Ou seja, para existir uma classe ociosa, é preciso que exista uma classe inferior incapaz de alcançar ou ultrapassar (emular) o nível social superior. Para haver emulação pecuniária, é preciso que haja a possibilidade de comparação pecuniária.

Segundo Veblen (1912), o ócio e o consumo conspícuos não estão presentes apenas em bens materiais, mas também na busca por aprimoramentos artísticos ou eruditos, isto é, em produtos e serviços que conferem *status* e reconhecimento social. Por mais que estes sejam realizados quase que exclusivamente pela classe ociosa, esse padrão de vida tido como “correto” e “belo” influencia a formação de comportamentos e preferências de toda a sociedade. Uma vez que estes hábitos de ócio e consumo conspícuos se estabelecem, fica cada vez mais difícil modificar ou sucumbir esse padrão de vida pecuniário.

Os hábitos de pensamento socialmente compartilhados, isto é, as instituições, diferem-se entre as etapas culturais, interferindo nas formas e meios com que os instintos serão manifestados e, portanto, na maneira como os indivíduos se comportam (pensam e agem). A Figura 4 representa uma síntese das instituições e dos instintos que aparecem com maior força nas etapas do desenvolvimento da cultura humana sinalizadas por Veblen.

Figura 4 – Etapas do desenvolvimento da cultura humana

ETAPA	PRIMITIVA	PREDATÓRIA	
FASE	SELVAGERIA-PACÍFICA	BÁRBARA	PECUNIÁRIA
INSTINTOS	Instinto de trabalho eficiente	Instinto predatório	Instinto predatório
	Instinto de inclinação parental	Instinto de pugnacidade	
INSTITUIÇÕES	Altruísmo	Egoísmo	Egoísmo
	Poder coletivo: ausência de hierarquia e classes	Poder individual coercitivo: hierarquia e classes	Poder individual pecuniário: hierarquia e classes
	Força física (habilidade individual e coletiva)	Força bélica e honrosa (honrarias, posses e ócio conspícuo)	Força pecuniária visível (consumo conspícuo e ostentação)
	Propriedade coletiva	Propriedade privada (posses)	Propriedade privada (física e fictícia)
	Trabalho produtivo é bom e para todos (subsistência)	Trabalho produtivo, laboral, manual é para fracos (excedentes)	Trabalho produtivo é ruim e para classes inferiores (excedentes)
	Emulação primitiva	Emulação honrosa	Emulação pecuniária

Fonte: elaborado pela autora.

Na etapa primitiva (selvageria-pacífica) são mais facilmente identificadas as formas originais dos instintos de trabalho eficiente e de inclinação parental. As instituições possuem um caráter pacífico e desapegado de aspectos pecuniários. Dentre alguns exemplos estão: i) altruísmo: importância da vida e do bem-estar coletivo; ii) poder coletivo: ausência de hierarquia socioeconômica ou de classes; iii) força física centrada na habilidade individual e do grupo com fins produtivos; iv) propriedade coletiva dos meios de produção; v) trabalho e esforço produtivo prestigiado e visto como essencial para a sociedade: o trabalho cabe a todos para garantir a subsistência e perpetuação do grupo; vi) emulação primitiva: existência de pequeno grau de comparação de força física entre os indivíduos na conquista de territórios ou na disputa conjugal (emulação sexual).

Na etapa predatória-bárbara, percebe-se um maior predomínio da expressão original dos instintos predatório e de pugnacidade. Em ambas as fases da etapa predatória (bárbara e pecuniária), o instinto de trabalho eficiente aparece de forma viesada, qualificando como eficientes as atividades e os valores relacionados aos aspectos bélicos (violentos) e pecuniários (econômico-financeiros). Nas duas fases, o egoísmo e o individualismo são hábitos institucionalizados.

A fase bárbara é marcada principalmente por hábitos de pensamento predatórios, competitivos e bélicos, os quais incluem: i) o poder individual e coercitivo: hierarquia de poder bélico (atividades de luta), econômico (posses) e com divisão de classes (senhores feudais, serviçais, escravos); ii) força honrosa e belicosa: nível de força medido pela quantidade de honrarias, sobrenome da família, número de serventes/escravos, grau de ócio e consumo viciado dos dependentes; iii) propriedade privada de bens e de pessoas: escravidão, casamento, quantidade de serventes; iv) percepção negativa do trabalho produtivo, laboral e manual, que eram direcionados às mulheres, crianças, camponeses e escravos; v) apropriação individual dos excedentes (acumulação); vi) emulação honrosa: indivíduos buscam superar e comparar-se com os outros pelo aspecto material (medalhas, terras, bens) e imaterial (honrarias, sobrenomes, *status*).

Na etapa predatória-pecuniária, o instinto predatório também é mais fortemente identificável, mas deixa de possuir aspecto de competição bélica para adentrar em outro tipo de “violência”: a competição pecuniária (econômico-

financeira). Os hábitos de pensamento socialmente compartilhados incluem: i) egoísmo e individualismo ii) poder individual com caráter pecuniário: hierarquia socioeconômica que garante maior poder a uma minoria com vantagens financeira, uma divisão de classes entre trabalhadores produtivos e classe ociosa; iii) força pecuniária visível, medida pelo consumo conspícuo e ostentação de bens e serviços caros e da moda; iv) propriedade privada na forma física (bens) e também fictícia (capital financeiro), com fins pecuniários; v) percepção negativa do trabalho produtivo (industrial), cabível à classe socioeconômica inferior (trabalhadores ou operários); vi) apropriação dos excedentes por parte de uma minoria; vii) emulação pecuniária: busca permanente em estar à frente dos demais em termos econômicos e financeiros (acumulação com fins pecuniários).

Dentre as diferenças apontadas, destaca-se que a sociedade predatória constitui a evolução e o desenvolvimento da forma capitalista, descrita principalmente por uma sociedade industrial, com a emergência da propriedade, a geração de excedentes, a concorrência e a disputa econômica (aspecto predatório). Enquanto a fase bárbara tem na emulação honrosa o cerne da apropriação e da motivação para a acumulação, a fase pecuniária (moderna) tem suas bases na apropriação, acumulação e emulação pecuniárias.

Veblen discorre sobre essas etapas da cultura humana como uma maneira de perceber como ocorre a mudança institucional de forma gradual e evolutiva. O autor identifica este processo como um fenômeno evolutivo, sujeito ao enraizamento (herança), à seleção de certos hábitos e de mudanças sobretudo nos hábitos de pensamento dos indivíduos no contexto cultural. Este inclui aspectos materiais e estruturais (mudanças nas tecnologias físicas, por exemplo) e, principalmente, imateriais, na ordem dos indivíduos, seus hábitos e comportamentos.

5. Indivíduos, instituições e desenvolvimento

As propensões instintivas e habituais compõem a formação dos pensamentos e ações dos indivíduos. Apesar de os instintos terem traços hereditários, para Veblen (1914), eles não o são no sentido biológico tradicional - como meras unidades transmitidas por genes -, mas no sentido evolutivo. A ideia do autor é que os instintos são “traços espirituais” que irão se expressar por meio da existência de um conjunto de aspectos materiais e imateriais. Essa interação

material e imaterial descreve o processo de seleção de certas instituições e da evolução da sociedade – não há uma dicotomia entre os fenômenos materiais e imateriais da vida.

Diferente de presumir que os elementos do mundo material (bens, objetos e tecnologias físicas) controlam a conduta dos indivíduos e moldam o crescimento das instituições e a cultura humana, Veblen (1907) destaca que essas “exigências materiais” entram em cena por conta dos próprios indivíduos, elas não são isoladas e postas naturalmente “à la *Deus ex machina*”. Conforme o autor, do ponto de vista da causação cumulativa, o materialismo não é um instinto ou um princípio natural onipresente à conduta humana. Este constitui um hábito de pensamento construído pelas circunstâncias imateriais da vida: tradição, crenças, educação, clima, relações e formas de organização de trabalho.

As “exigências materiais”, desde as tecnologias físicas (máquinas e equipamentos) até as alianças de casamento, não são um fim em si mesmas. Elas são frutos de condições imateriais (tradição, valores, educação) que, quando passadas por um processo de habituação coletiva, tornam-se hábitos de pensamento socialmente compartilhados (instituições). As condições materiais e imateriais são descritas pela interação dos indivíduos com as tecnologias físicas (ferramentas, máquinas, objetos) e sociais (modos de fazer e usar), e com as instituições, a exemplo das cerimônias de casamento, da relação dos gaúchos com o chimarrão, dos chineses com o chá, e assim por diante.

Condições materiais e imateriais interagem com os instintos, os hábitos e as instituições. Veblen (1907) não está preocupado em estabelecer um determinismo entre esses elementos ou em atentar para a ação ou decisão final do indivíduo. A sua preocupação está em saber até que ponto as “exigências materiais” interferem na formação dos pensamentos dos indivíduos e, por conseguinte, nas trajetórias de uma sociedade.

Ele vai além da preocupação com as decisões dos indivíduos sobre, por exemplo, comprar uma determinada aliança de casamento ou realizar uma cerimônia religiosa e festa de matrimônio. A questão está em perceber até que ponto esses elementos materiais e pecuniários interferem na própria concepção e nas aspirações de vida dos indivíduos, em como isso impacta as percepções sobre o que é correto e belo perante a sociedade. Para Veblen (1907), é mais uma questão de perceber o grau de interferência (“nível de eficiência”) do ambiente material

sobre a formação de hábitos de pensamento ao longo do processo evolutivo do que meramente afirmar que os comportamentos serão causados pelo fato econômico/material.

Como justificativa para o rompimento dessa causalidade unívoca, o autor descreve que, antes da conduta humana e do fenômeno material, existem tradições, hábitos, instintos, conhecimentos, ideais e crenças. É uma interação dinâmica entre os indivíduos, as instituições e as tecnologias sob diferentes “formas e meios” de levar a vida. Para Veblen (1914), essa lógica envolve um processo dinâmico e cumulativo de elementos materiais e imateriais transmitidos por herança, porém estão sujeitos à mudança (variação) e à seleção, dependendo do contexto e das instituições dessa sociedade.

Veblen (1914) enfatiza que a hereditariedade pessoal, genética ou genealógica não é o marco principal a ser observado no processo evolutivo do desenvolvimento das sociedades. Os traços hereditários sociais, que são perpetuações no meio social na forma de hábitos de pensamento, constituem a principal fonte de compreensão do desenvolvimento das sociedades.

O que confere cumulatividade das diversas formas e meios de manifestação de um instinto são os hábitos de pensamento enraizados, tal como foi a instituição da “classe ociosa”. Essa classe, enquanto instituição, perpetua-se, na fase bárbara, na forma dos senhores feudais, e, na sociedade pecuniária, sob o formato dos “homens de negócio”. Os hábitos de pensamento difundidos por essa classe socioeconômica superior constituem uma espécie de “conservantismo”, são sancionados socialmente e tidos como corretos e óbvios.

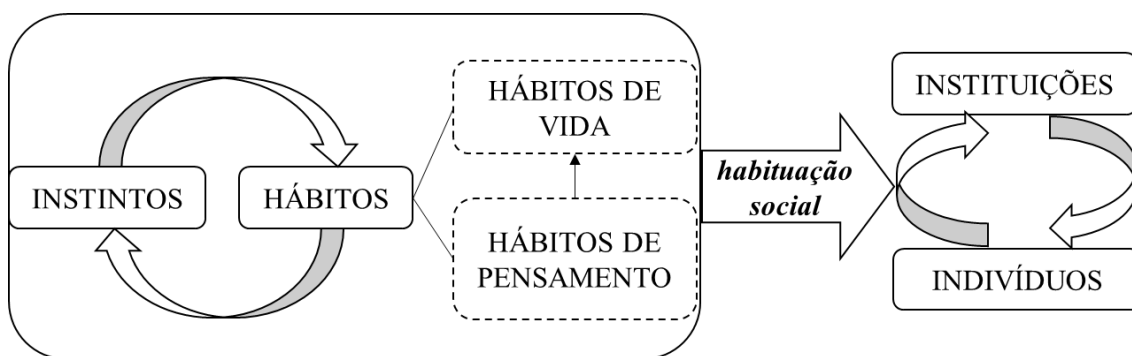
Da mesma forma que existe essa força da classe ociosa no enraizamento institucional, Veblen (1914) destaca que podem ocorrer alterações nos hábitos de pensamento por conta de mudanças contextuais com maior ou menor grau de deliberação. Segundo o autor, as mudanças que envolvem alto nível de raciocínio normalmente carregam um formato legal (leis e normas formais). Já as mudanças com menor deliberação emergem como motivações “consuetudinárias” (informais), transmitidas por costume e tradição familiar. Ou seja, as mudanças não ocorrem nos instintos, mas nas formas como os indivíduos empregam os variados meios possíveis para viver em sociedade. O potencial de mudança está nas instituições.

As diversas formas de pensamento humano são amplamente dominadas por “forças sentimentais” resultantes da interação entre os hábitos e os instintos. Mesmo que os instintos não desapareçam nas diferentes etapas culturais, ocorre uma “adaptação espiritual” (instintiva) dos indivíduos ao contexto institucional. Conforme Veblen (1914), essa adaptação, apesar de difícil e gradual, tem origem no aspecto vago e peculiar (não biológico) dos instintos, que decorre da sua interação com os hábitos e, portanto, na flexibilidade das formas e meios de conduzir a vida em sociedade.

Com o passar do tempo, os indivíduos adaptam-se às mudanças e às novas condições da vida. Ainda que os indivíduos se comportem em meio a uma sequência cumulativa de “formas e meios”, essa conexão entre aspectos passados e presentes não implica em um determinismo do pretérito em relação ao presente e futuro. Nesse processo de “causação cumulativa” de Veblen está imerso o sentido evolucionário que considera a possibilidade de continuidades (enraizamentos) e, também, de mudanças.

Desse modo, o “sistema de instituições” descrito por Veblen possui uma lógica dinâmica que é centrada em elementos enraizados em contextos pessoais e ambientais e que é sujeita a mudanças. Essa lógica parte da interação entre instintos e hábitos, entre aspectos pessoais e sociais da vida humana em sociedade. Conforme a Figura 5, os instintos são manifestados por meio de sua interação com os hábitos (de vida e de pensamento) de uma sociedade (e não de um indivíduo isolado).

Figura 5 – Interação entre indivíduos e instituições



Fonte: elaborado pela autora.

Para cada conduta habitual de vida há algum grau habitual de pensamento. Quando estes hábitos saem da esfera da conduta pessoal ou familiar e passam pela habituação (compartilhamento) social, constituem-se as instituições. Estas, por sua vez, estão em constante interação com os indivíduos (sociedade) de um determinado contexto cultural e podem sinalizar para regularidades de comportamentos (pensamentos e ações).

Esse sistema de instituições vebleniano indica que o processo de desenvolvimento de uma sociedade pressupõe uma interação dinâmica entre indivíduos e instituições, sem uma concepção linear ou determinística. É um processo cumulativo e mutável em que as instituições interferem nos comportamentos dos indivíduos de uma sociedade - aspecto socializado do comportamento - mas, ao mesmo tempo, os indivíduos são detentores de um grau de individualidade com sua personalidade penetrante, nível de esforço e inteligência. Os indivíduos vivem em sociedade e exercem interferência sobre as instituições.

6. Considerações finais

Não é negado por Veblen que os indivíduos possuem aspectos biológicos que os diferenciam das demais espécies, mas é admitido que eles também são representantes das suas próprias vidas, com seus esforços, sua inteligência e suas características pessoais. Os indivíduos não existem de forma isolada, pois são seres sociais sujeitos ao contexto do meio em que vivem e possuem personalidades “penetrantes”, de modo que as características sociais penetram no seu “eu”. Portanto, existe, em Veblen, uma negação a qualquer espécie de determinismo, uma vez que o ser humano é visto como detentor de características biológicas, pessoais e sociais que se inter-relacionam.

Os indivíduos e as instituições constituem pilares teórico-analíticos fundamentais na análise do desenvolvimento das sociedades. Nesse processo evolutivo, existem características do ambiente institucional que perduram e, ao mesmo tempo, há um processo de adaptação e de criação de outros hábitos de pensamento. Em outras palavras, algumas instituições desaparecem, outras se adaptam e outras emergem (são selecionadas) para dar forma ao “novo” contexto cultural. Em Veblen, evolução não necessariamente implica em progresso, mas envolve uma mudança cumulativa ao longo do processo histórico das sociedades,

que pode ser tanto positiva quanto negativa. Assim, desenvolvimento não equivale à progresso econômico, mas à trajetória cultural de uma sociedade.

As mudanças nos aspectos materiais e estruturais em uma sociedade ocorrem juntamente com alterações imateriais. Com isso, para compreender a evolução de uma sociedade, é preciso considerar o processo de adaptação mental dos indivíduos, que está relacionado às mudanças e enraizamentos que caracterizam as condições de vida daquela sociedade. Em outras palavras, o “esquema de vida” faz parte de um processo evolutivo que está sujeito, principalmente, aos enraizamentos institucionais que interferem no processo de desenvolvimento das sociedades.

Referências

- AYRES, C. E. Instinct and Capacity--I: The Instinct of Belief-in-Instincts. *The Journal of Philosophy*, v. 18, n. 21, p. 561-565, 1921.
- FREITAS, T. R. Veblen e a Psicologia dos Instintos. *Economia Ensaios*, v. 35, n. 1, p. 23-47, 2020.
- JOHNSON, B.; LUNDVALL, B. Sistemas nacionales de innovación y aprendizaje institucional. *Comercio exterior*, v. 44, n. 8, p. 695-704, 1994.
- MORGAN, L. H. *Ancient Society*. New York: Henry Holt and Company, 1877.
- PESSALI, H.; FERNÁNDEZ, R. A tecnologia na perspectiva da economia institucional. In: PELÁEZ, V.; SZMERECSENYI, T. (Orgs.). *Economia da Inovação Tecnológica*. São Paulo: Hucitec, p. 87-111, 2006.
- VEBLEN, T. Some Neglected Points in the Theory of Socialism. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 2, p. 57-74, 1891.
- VEBLEN, T. The Instinct of Workmanship and the Irsomeness of Labor. *American Journal of Sociology*, v. 4, n. 2, p. 187-201, 1898a.
- VEBLEN, T. The Beginnings of Ownership. *American Journal of Sociology*, v. 4, n. 3, p. 352-365, 1898b.
- VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? *The Quarterly Journal of Economics*, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1898c.

VEBLEN, T. The Preconceptions of Economic Science. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 13, n. 2, p. 121-150, 1899a.

VEBLEN, T. The Preconceptions of Economic Science. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 14, n. 2, p. 240-269, 1900.

VEBLEN, T. The Socialist Economics of Karl Marx and His Followers. I. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 20, n. 4, p. 575-595, 1906.

VEBLEN, T. The Socialist Economics of Karl Marx and His Followers. II. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 21, n. 2, p. 299-322, 1907.

VEBLEN, T. *The theory of the leisure class: an economic study in the evolution of institutions*. New York: The Macmillan Company, 1912 [1899].

VEBLEN, T. *The instinct of workmanship: and the state of the industrial arts*. New York: The Macmillan Company, 1914.

VEBLEB, T. *The Place of Science in Modern Civilization: and other essays*. New York: B. W. Huebsch, 1919.

WALLER, W. T. Institutions, technology, and instrumental value: a reassessment of the Veblenian dichotomy. In: WHALEN, C. J. (Ed.). *Institutional Economics: Perspectives and Methods in Pursuit of a Better World*. London: Routledge, 2021.